

ATUALIDADES ECONÔMICAS - REFORMAS

O destino é como um dramaturgo. Não anuncia as peripécias do seu enredo e muito menos o seu desfecho, assinalou Machado de Assis (Discurso do ministro César Rocha, presidente do STJ, ao receber o título de 'Doutor Honoris Causa' outorgado pela Universidade de Fortaleza – Unifor. Diário do Nordeste, Fortaleza, 25 jun. 2010, p. 12).

Os sonhos são enviados do Olimpo à Terra como recados dos deuses aos homens, disse Homero, o grande poeta do Mundo Grego (id.).

Visionário, d. Afonso III, rei de Portugal, mandou plantar o famoso pinhal de Leiria, depois chamado de Pinhal do Rei. Duzentos anos mais tarde, a plantação forneceu a matéria-prima das caravelas de Bartolomeu Dias, Vasco da Gama, Fernão de Magalhães, Diogo Cão, Afonso de Albuquerque e Pedro Álvares Cabral, ousados navegadores da grande epopeia da Era dos Descobrimentos (id.).

No Brasil, um Alvará Régio de d. Maria I atribuiu aos bacharéis em Direito o título de doutor. Depois, a Lei Imperial de 11 ago. 1827, proveniente de Decreto Imperial de d. Pedro I, de 1825, criou os dois primeiros cursos jurídicos do Brasil, em São Paulo e em Olinda, e estatuiu o tratamento de doutor para os graduados nesses cursos (id.).

De acordo com a 'Demonstração do Valor Adicionado' das 100 maiores companhias abertas do Brasil, as três esferas de governo abocanharam 45% da riqueza gerada. As empresas retiveram 13,5% para reforçar o patrimônio líquido e distribuíram 9,5% aos acionistas. Os funcionários ficaram com 20% e os credores, com 12% (Valor, São Paulo, 31 maio 2010, p. A1).

2. A elevada burocracia empurra o País para a informalidade. No Brasil, a economia informal chega a 40% do PIB, ante média de 17,36% nos países da OCDE e média de 16,55% em 12 países selecionados (Alemanha, Austrália, Canadá, Chile, Cingapura, Coreia do Sul, Costa Rica, EUA, Espanha, Finlândia, Irlanda e Japão), de acordo com estudo elaborado pela Federação das Indústrias de São Paulo – Fiesp (Folha de S. Paulo, São Paulo, 30 jun. 2010, p. B1).

3. Grande parcela das despesas com a burocracia no Brasil destina-se somente a atender às demandas tributárias das três esferas de governo (federal, estadual e municipal), por conta do 'manicômio tributário', segundo Carlos Sundfeld, professor de Direito Administrativo da GV (id.).

4. São 63 tributos federais, estaduais e municipais. Eles envolvem 3.200 normas (56 mil artigos) voltadas à arrecadação de impostos. Nos últimos 20 anos, as três esferas de governo editaram mais de 240 mil normas tributárias, ou seja, média de 34 alterações por dia.

5. O Brasil exibiu crescimento de 9,0% no 1º trimestre de 2010, ante o 1º trimestre de 2009, quando o PIB havia registrado contração de 2,10% no auge da crise internacional (2008-2009). O processo de recuperação da economia apresenta a seguinte dinâmica: -1,6% no 2º trimestre de 2009; -1,2% no 3º trimestre de 2009; +4,3% no 4º trimestre de 2009 (Folha de S. Paulo, São Paulo, 09 jun. 2010, p. B1).

6. Mas o atual ritmo de crescimento não é sustentável, opina Alexandre Schwartzmann, economista-chefe do Grupo Santander Brasil (Folha de S. Paulo, São Paulo, 09 jun. 2010, p. B10). Mantido por longo período, ocasionará desequilíbrios graves, acrescida ele. O crescimento de longo prazo depende essencialmente de quatro fatores: 1º) demografia, quanto maior a relação entre a 'força de trabalho/população total', tanto mais rápido o crescimento; 2º) qualificação da força de trabalho, tipicamente medida pelos anos de educação; 3º) crescimento da produtividade, geralmente associada

ao ambiente de negócios, a arranjos institucionais e à abertura comercial; 4º) volume de investimento. Para manter o crescimento na faixa de 5% a 5,5% ao ano, o investimento deveria atingir valor em torno de 22% do PIB, bem superior ao nível de 18% observado no 1º trimestre de 2010, conclui Schwartzmann.

7. Mantida a tendência de crescimento médio da economia no governo Lula, o Brasil até 2014 cortará à metade o número de pobres (pessoas com renda familiar per capita mensal de até R\$ 137,00): o total deve cair de 29,9 milhões (16% da população) para cerca de 14,5 milhões (8% da população). De 2003 a 2009, já ocorreu a redução de 50 para 29,9 milhões de pessoas. Além de criar quase 13 milhões de empregos formais (de 28,7 para 41,5 milhões), o governo Lula patrocinou aumento real (acima da inflação) de 53,6% para o valor do salário mínimo. Por conta dessa recuperação, os R\$ 510 do salário mínimo de hoje (cerca de US\$ 280,00) compram 2,2 cestas básicas, ante 1,4 no início do governo Lula. Nessa comparação, é o maior poder de compra desde 1979 (Folha de S. Paulo, São Paulo, 13 jun. 2010, p. B1).

8. O porto de Santos, por onde passam 25% do comércio exterior do País, voltou a ter congestionamentos com as exportações em alta. Apenas em maio último, o porto movimentou 8,959 milhões de toneladas, o maior volume mensal em seus 118 anos. A previsão de 89 milhões de toneladas em 2010 deve ser superada. Circulam diariamente pelo cais 14 mil caminhões. O transporte rodoviário responde por 81% das cargas recepcionadas pelo porto santista. O tempo de espera para despachar carga chega a 30 horas. Os congestionamentos demonstram gargalo na infraestrutura da economia (Folha de S. Paulo, São Paulo, 17 jun. 2010, p. A1).

9. O Banco Central do Brasil, por meio do Comitê de Política Monetária – Copom, ampliou, pela segunda vez consecutiva, a taxa básica de juros (taxa Selic), de 9,50% para 10,25% ao ano. O objetivo é conter o risco de inflação (DCI, São Paulo, 10 jun. 2010, p. A3).

10. O freio da política monetária deverá reduzir a velocidade de crescimento da economia. A expansão do PIB sairá da casa de 7% para 4% (Valor, São Paulo, 17 jun. 2010, p. A14).

11. O Brasil puxa a retomada do crescimento do PIB na América Latina. O aquecimento brasileiro se reflete no aumento da compra aos vizinhos. No 1º trimestre de 2010, as importações brasileiras oriundas do Mercosul se

expandiram 43%, em comparação com o mesmo período de 2009. Quando o Brasil cresce, é uma grande notícia não apenas para países pequenos como Paraguai e Uruguai, mas também para a Argentina. É o maior país da região, o motor do Cone Sul, incluindo o Chile, avalia Osvaldo Kacef, diretor da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – Cepal (Folha de S. Paulo, São Paulo, 19 jun. 2010, p. B4).

12. A classe C já corresponde a 53,6% da população brasileira, e a classe AB aumentou de 10,7% para 15,6%, de 2003 a 2009. No mesmo período, 24,1 milhões de brasileiros superaram a pobreza, de acordo com o governo federal (Época. São Paulo: Globo, 14 jun. 2010, n. 630, p. 57).

13. A taxa de juros real já chegou a 20% e agora está em 5% a 6%. É um tremendo avanço, mas dá para melhorar. A maneira de fazer isso é a redução disciplinada e sistemática da relação da dívida líquida sobre o PIB. Saímos de 60,6% em 2002 para 40,7% em 2010. A meta é chegar a 2014 com 28%. A consequência inexorável disso é a queda dramática da taxa de juros, afirma Dilma Rousseff (Veja. São Paulo: Abril, 16 jun. 2010, n. 2169, p. 19).

14. A arrecadação de tributos federais, de jan. a maio/2010, atingiu R\$ 318 bilhões, 13,27% de crescimento real em comparação com o mesmo período de 2009 (Folha de S. Paulo, São Paulo, 23 jun. 2010, p. B1).

15. A valorização dos imóveis no Brasil chegou a 22%, uma das maiores do mundo, nos últimos 12 meses. Na liderança, destaca-se a China (hong Kong) com 30%. Na sequência, Singapura (25%), Brasil (22%), Austrália e Taiwan (20%) (Exame, São Paulo: Abril, 30 jun. 2010, n. 971, p. 41).

16. O tema das reformas voltará a ocupar a pauta política no início do próximo ano, começo de novo governo. Não se deve pensar apenas nas chamadas reformas estruturais, mas também nas chamadas reformas microeconômicas. Elas têm grande potencial de destravar gargalos fundamentais do desenvolvimento econômico, observa Antônio Palocci Filho, deputado federal ('Reformar para crescer'. Folha de S. Paulo, São Paulo, 27 jun. 2010, p. B8). Nos últimos anos, a importância das reformas microeconômicas se mostrou bastante verdadeiro para o Brasil. A reforma da construção civil (Lei nº 10.931, de 2004) fez renascer o setor imobiliário, então em estado quase catafônico, assinala Palocci.

Newton Freitas

Presidente do Conselho Diretor da ABANCE
<<http://www.newton.freitas.nom.br/>>

"O Brasil puxa a retomada do crescimento do PIB na América Latina."

MEIO AMBIENTE

Francisco José Mateus

Gerente-geral do Banco Itaú, presidente da Diretoria da ABANCE

*"Um banco não se faz com capital.
Ele é construído por homens e idéias.
Esses dois elementos são o seu maior lastro".*

Olavo Egydio Setubal (1923-2008)



Tema cada dia mais relevante no universo jurídico, o Direito Ambiental é também resultado, no Brasil, de importantes fatores históricos, alguns deles anteriores à própria independência do País (Disponível: <http://www.stj.jus.br/port_al_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.ara=398&tmp.texto=97547>. Acesso em: 04 jun. 2010).

2. Em 1605, surge a primeira lei de cunho ambiental: o Regulamento do Pau-Brasil, voltado à proteção das florestas.

3. Em 1797, a Carta Régia afirma a necessidade de proteção a rios, nascentes e encostas, áreas declaradas de propriedade da Coroa.

4. Em 1799, surge o Regimento de Cortes de Madeiras. Estabelece rigorosas regras para a derrubada de árvores.

5. Em 1850, surge a Lei nº 601, primeira Lei das Terras. Disciplina a ocupação do solo e estabelece sanções para atividades predatórias.

6. Em 1911, o Decreto nº 8.843 cria a primeira reserva florestal, localizada no Acre.

7. Em 1916, o Código Civil elenca várias disposições de natureza ecológica.

8. Em 1934, o Código Florestal impõe limites ao exercício do direito de propriedade. Surge também o Código

das Águas. Referidos códigos contêm o embrião da atual legislação ambiental brasileira.

9. Em 1964, a Lei nº 4.504 aprova o Estatuto da Terra.

10. Em 1965, passa a vigorar nova versão do Código Florestal. Amplia as políticas de proteção e conservação da flora.

11. Em 1967, são editados os Códigos de Caça, de Pesca e de Mineração, bem como a Lei de Proteção à Fauna. Nova Constituição atribui à União competência para legislar sobre jazidas, florestas, caça, pesca e águas. Cabe aos Estados tratar de matéria florestal.

12. Em 1975, inicia-se o controle da poluição provocada por atividades industriais. Por meio do Decreto-Lei nº 1.413, as empresas poluidoras ficam obrigadas a prevenir e corrigir os prejuízos da contaminação do meio ambiente.

13. Em 1977, a Lei nº 6.453 estabelece a responsabilidade civil em casos de danos provenientes de atividades nucleares.

14. Em 1981, a Lei nº 6.938 estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente.

15. Em 1985, a Lei nº 7.347 disciplina a ação civil pública como instrumento processual específico para a defesa do meio ambiente e de outros

interesses difusos e coletivos. Em 1988, a nova Constituição dedica capítulo específico ao meio ambiente. O Poder Público e a coletividade têm o dever de defender e preservar o meio ambiente para as gerações presentes e futuras (art. 225).

16. Em 1991, a Lei nº 8.171 aprova a Política Agrícola. O proprietário rural é obrigado a recompor sua propriedade com reserva florestal obrigatória.

17. Em 1998, a Lei nº 9.605 dispõe sobre crimes ambientais.

18. Em 2000, a Lei nº 9.985 aprova o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Prevê mecanismos para a defesa dos ecossistemas naturais e de preservação dos recursos naturais neles contidos.

19. Em 2001, a Lei nº 10.257 aprova o Estatuto das Cidades. Dota o ente municipal de mecanismos visando a garantir o desenvolvimento sem prejuízo do meio ambiente.

20. O Código Florestal é abertamente desrespeitado e o desmatamento no Brasil, especialmente na Amazônia, é escandaloso. Com a atual legislação, sumiram 870 mil km² de vegetação nativa nas áreas de preservação permanente – APPs (Valor, São Paulo, 17 jun. 2010, p. A12).

JORNAL ABANCE

Associação dos Bancos do Estado do Ceará (ABANCE)

Filiada à FEBRABAN

Sindicato dos Estabelecimentos Bancários do Estado do Ceará

Filiado à FENABAN

Sindicato das Empresas de Crédito, Financiamento e Investimento do Ceará

Filiado à FENACREFI

Pedro Borges, 75, 1º andar

Fortaleza – Ceará

Internet: www.abance.com.br

Telefone: (85) 3231.24.45

INSTITUIÇÕES ASSOCIADAS

(Consulte nosso site sobre agências e gerentes)



BANCO DO BRASIL



Banco Safra S.A.



Banco Daycoval



O Jornal ABANCE é uma publicação mensal com informações do mercado financeiro local e nacional.
Jornalista Responsável: Tarcísio Tavares, MT nº 2183/58 - Diagramação: Elias Sabóia - Impressão: Tipoprogresso

Entrevistas



Roberto Smith, presidente do Banco do Nordeste

RISCOS DE MERCADO

O Banco Central do Brasil, por meio da Circular nº 3.498, de 28 jun. 2010, elevou a exigência de parcelas do patrimônio de referência exigido – PRE das instituições financeiras para enfrentar os riscos de mercado: parcela da exposição a taxas de juros - PJUR; parcela da exposição a preços de ações – PACS; parcela da exposição a preços de mercadorias - PCOM; parcela da exposição a ativos/passivos sujeitos à variação cambial - PCAM. O requerimento de PRE para o sistema financeiro nacional passará de R\$ 264 para R\$ 279 bilhões (DCI, São Paulo, 29 jun. 2010, p. A1).



Aquilino Gadelha, Bradesco

SIDERURGIA

A retomada do setor siderúrgico nacional é prova da saída definitiva do País da crise, disse o presidente Lula na inauguração da Companhia Siderúrgica do Atlântico – CSA, localizada no bairro de Santa Cruz, uma das regiões mais carentes da capital do Rio de Janeiro, em área de 9 km². Investimento da ThyssenKrupp (73,13%), a maior produtora de aço da Alemanha, e da Vale (restante), a CSA produzirá 5 milhões de toneladas de placas de aço anuais e elevará em 40% as vendas externas do aço nacional (Diário do Nordeste, Fortaleza, 19 jun. 2010, Negócios, p.4). Além da CSA, a Vale e sócios investem em mais 3 siderúrgicas (Folha de S. Paulo, São Paulo, 19 jun. 2010, p. B3):

	Companhia Siderúrgica do Atlântico - CSA	Companhia Siderúrgica do Pecém - CSP	Aços Laminados do Pará - Alpa	Companhia Siderúrgica Ubu - CSU
Localização	Rio de Janeiro (RJ)	Porto do Pecém – Ceará	Marabá (PA)	Porto de Ubu - Anchieta (ES)
Investimento	US\$ 8,2 bilhões	US\$ 4 bilhões	US\$ 3,2 bilhões	US\$ 6,2 bilhões
Participação da Vale - %	27	41	100	100
Sócio	ThyssenKrupp	Dongkuk		
Etapa da obra	Concluída	Terraplanagem	Terraplanagem	licenciamento ambiental
Capacidade de produção	5 milhões	3 milhões	2 milhões	5 milhões
Início de operação	jun. 2010	2014	2013	2014



Edmundo Moreira Filho, BB

ECONOMIA BRASILEIRA

O BB é líder no segmento do crédito consignado, com estoque de R\$ 35 bilhões, aproximadamente 30% do mercado. Mas apenas os convênios de exclusividade não explicam o desempenho, afirma Paulo Caffarelli, vice-presidente do BB. Temos grande capilaridade, as melhores taxas de juros junto com a Caixa Econômica Federal e ampliamos a compra de carteiras de outros bancos, disse Caffarelli (Valor, São Paulo, 14 jun. 2010, p. C6). O superávit da balança comercial somou apenas US\$ 7,8 bilhões, de jan. a jun. 2010, 43,9% inferior ao resultado do mesmo período em 2009, o menor superávit desde o 1º semestre de 2002. As importações subiram 43,9% e as exportações, 26,5% (Folha de S. Paulo, São Paulo, 02 jul. 2010, p. B3).

A produção recorde de grãos na safra 2009/2010 foi confirmada pela Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB. O Brasil produzirá 146,92 milhões de toneladas de grãos, 8,7% superior aos 135,13 milhões da safra 2008/2009 (DCI, São Paulo, 09 jun. 2010, p. B10).

O crescimento da produção de petróleo, mantida a previsão do governo diante dos reservatórios do pré-sal, credenciará o Brasil para tornar-se membro da Organização dos Países Exportadores de Petróleo – Opep, afirma Majid Al-Moneef, seu diretor geral. Antes de 2020, o Brasil passará a exportar 2,2 milhões de barris diários de petróleo (608 mil barris diários em abr. de 2010) (Folha de S. Paulo, São Paulo, 09 jun. 2010, p. B7).

O crescimento do PIB vem sendo acompanhado da redução da desigualdade. De 2003 a 2009, a pobreza caiu 43%, quando 31,9 milhões de pessoas subiram às classes A, B e C. De 2010 a 2014, mantido o crescimento da economia na base de 5,3% per capita ao ano real, serão mais 36 milhões de pessoas alcançando as classes A, B e C. A queda da desigualdade foi viabilizada pelo aumento da renda do trabalho (67%), pelos programas sociais (17%) e pelos benefícios previdenciários (15,5%), além de outras rendas (0,5%), explica o economista Marcelo Neri, da FGV (Folha de S. Paulo, São Paulo, 13 jun. 2010, p. B4).

O Brasil está entre as sete economias com maior nível de reservas em moeda estrangeira, segundo dados do FMI. A China é o país com as maiores reservas, de US\$ 2,4 trilhões, seguida por Japão (US\$ 1,04 trilhão), Rússia (US\$ 447), Índia (US\$ 278), Coreia do Sul (US\$ 272), Hong Kong (US\$ 259) e Brasil (US\$ 250) (Folha de S. Paulo, São Paulo, 16 jun. 2010, p. B2).

O 'jeitinho brasileiro' para a arrancada do PIB: 1º) solidez do setor externo por meio do aumento das reservas internacionais; 2º) crédito farto (45,2% do PIB); 3º) ampla fatia de operações de crédito a custos inferiores aos de mercado; 4º) projetos sociais (11 milhões de famílias beneficiadas com o Bolsa Família); 5º) política de reajustes elevados do salário mínimo (reajuste real de 67,2%), apesar do impacto nos benefícios previdenciários. Mas alguns economistas alertam sobre os custos fiscais embutidos nesse jeitinho (Valor, São Paulo, 17 jun. 2010, p. A14).



Caio César Rocha, advogado, consultor do Sindicato das Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento do Estado do Ceará, membro do Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD) da CBF e da Câmara de Resolução de Disputas (CRD), tribunal esportivo mantido pela 'Fédération Internationale de Football Association (Fifa)'

TRIBUTOS

No pagamento espontâneo de tributo em atraso, desconhecido pelo Fisco, o contribuinte não pode ser punido com multa moratória. O contribuinte tem direito ao benefício da chamada 'denúncia espontânea' (Código Tributário Nacional – CTN, art. 138), conforme decisão do Superior Tribunal de Justiça - STJ no recurso especial (repetitivo) nº 1149022, julgado em 15 jun. 2010, interposto pelo Banco Pecúnia S.A. contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região – TRF3. Após retificar dois débitos tributários (IR e CSLL), o Banco quitou as diferenças a maior, antes de qualquer procedimento administrativo ou notificação da SRFB. O STJ julgou o processo como 'recurso representativo da controvérsia'. Em consequência, a decisão vale para qualquer processo sobre a mesma demanda.

Fique por Dentro



Djalma Albuquerque, Bicbanco:

As letras financeiras passaram a ser regidas pela Lei nº 12.249, de 11 jun. 2010, resultado da conversão da Medida Provisória nº 472, de 2009. De acordo com o art. 37 da referida Lei, as instituições financeiras podem emitir Letra Financeira – LF, título de crédito representativo de promessa de pagamento em dinheiro, nominativo, transferível e de livre negociação.



Lúcia Freitas, Oboé

O Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou a 4ª rodada de sanções ao Irã por conta do programa nuclear desse país. Dos 15 membros do órgão, 12 votaram a favor. Apenas Brasil e Turquia votaram contra a resolução. O Líbano se absteve na votação (DCI, São Paulo, 10 jun. 2010, p. A10).



Glauciê Appelt, Itaú-Unibanco

O Itaú se mantém como a marca mais valiosa do Brasil. Pela sétima vez consecutiva, o Itaú lidera o 'ranking' das marcas mais poderosas elaborado pela Interbrand (o valor da marca é calculado a partir do potencial de gerar receitas futuras). Em seguida, vêm: Bradesco, Petrobras, BB e Skol (Folha de S. Paulo, São Paulo, 11 jun. 2010, p. B15).



Lúcia Paiva, Abance

A cobrança antecipada do ICMS é prática adotada por vários Estados sob o pretexto de aumento do controle do fisco e de diminuição da evasão fiscal. Quando as empresas adquirem mercadorias de outros Estados para comercialização, elas devem recolher antecipadamente o ICMS, decorrente da diferença da alíquota (em relação ao recolhimento no Estado de origem), no momento da entrada das mercadorias no Estado de destino. O tributo é então exigido antes do prazo normal (ou seja, na circulação efetiva da mercadoria). O STJ vem decidindo pela legalidade da antecipação, uma vez adotada com suporte em lei complementar (no caso de antecipação com substituição) ou lei ordinária (no caso de antecipação em substituição) (Resp 1772890-RS, RMS-SE 21118, RMS-SE 25366, RMS-CE 15897) (Disponível: <www.stj.jus.br>. Acesso em: 01 jun. 2010).



Fernando Silva, Bradesco

A Companhia Brasileira de Bebidas Premium – CBBP, criada por João Santos Noronha, um dos herdeiros do grupo pernambucano João Santos, investe R\$ 60 milhões numa nova fábrica de cerveja, em fase de construção em Pindoretama (CE), com inauguração prevista para dez. de 2010. A AmBev tem a liderança do mercado de cerveja, com 69,5% de fatia. Em seguida, vêm a Schincariol (11,7%), a Petrópolis (9,3%) e a Femsa (7,9%). Outros fabricantes só respondem por

1,6% do mercado (Isto é dinheiro. São Paulo: Três, 23 jun. 2010, n. 663, p. 68).



José Milson, BB

A Petrobras projeta produção de petróleo na casa de 3,9 milhões de barris por dia - bpd em 2020. Em 2014, será de 2,98 milhões, com participação de apenas 241 mil barris do pré-sal, a ser ampliada para 1,078 milhões até 2020. Por meio da implantação de novas refinarias, a Petrobras pretende elevar a capacidade de refino dos atuais 1,818 milhão para 3,205 milhões bpd em 2020, tudo de acordo com seu Plano de Investimento 2010-2014 (Diário do Nordeste, Fortaleza, 22 jun. 2010, Negócios, p. 8).



José Macedo, BNB

Uma das novas refinarias da Petrobras, a Premium II, será implantada no Ceará. A previsão do início das atividades foi postergada de 2014 para 2017. A produção prevista é de 300 mil bpd. A Petrobras não pode dar início às obras diante de impasse com o terreno, reivindicado por comunidades autodenominadas como índios anacés (Diário do Nordeste, Fortaleza, 22 jun. 2010, Negócios, p. 1).



Marcus Vinicius, Santander

A relação 'dívida pública/PIB' do Brasil, principal indicador para medir o endividamento do setor público, continua em queda: passou de 41,8% para 41,4% do PIB, com base em maio de 2010 (Folha de S. Paulo, São Paulo, 30 jun. 2010, p. B4).



David Humberto da Silva, HSBC

O resultado das contas públicas acusa superávit de 2,13% em relação ao PIB, nos últimos 12 meses, com base em maio de 2010. A meta é chegar a 3,3% do PIB até o fim do ano (Folha de S. Paulo, São Paulo, 30 jun. 2010, p. B4).



Alexandre Barbosa, Daycoval

O Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução nº 3.880, de 22 jun. 2010, fixou, para o ano de 2012, a meta para inflação de 4,5%, com intervalo de tolerância de menos 2,00 p.p. e de mais 2,00 p.p., de acordo com o parágrafo 2º do art. 1º do Decreto nº 3.088, de 1999.



Maurício Carneiro, Safra

O Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução nº 3.881, de 22 jun. 2010, introduziu alterações nas normas sobre abertura, manutenção e movimentação de contas especiais de depósitos à vista e de depósitos de poupança, corporificadas na Resolução nº 3.211, de 30 jun. 2004. O saldo dessas contas não pode, a qualquer tempo, superar R\$ 2.000,00.